PA, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 84.154.186/0001-23 com sede na Rua Diogo Moia, nº 1101 – Umarizal/ Belém/PA – CEP 66.055-170.

CREatora: PARVI LOCADORA LTDA; inscrita regularmente no CNPJ/CGC - 08.228.146/0001-09, situada à Estrada dos Remédios, nº. 1.700, Bloco A, Sala 02, Ilha do Retiro, Recife, Pernambuco CEP: 50.750-265- PE, neste ato representado pelo Sr. PAULO MURILO C.BANDEIRA DE ALBUQUERQUE FILHO, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade nº.4.568.999/SSP-PE e CPF sob o nº. 848.207.724-49, admitido na sociedade através da 19ª alteração contratual – consolidação, assinado em 01 de julho de 2017.

Data de assinatura 13/07/2020;

Ordenador: MIGUEL FORTUNATO GOMES DOS SANTOS JÚNIOR/Presidente da FASEPA.

Protocolo: 560880

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 174/2020-GGP/SEJUDH BELÉM (PA), 10 DE JULHO DE 2020.

O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o Memorando nº 077/2020-DIR/PROCON/SEJUDH R E S O L V E:

REVOGAR, a PORTARIA que designou o servidor abaixo relacionado, como AGENTE FISCAL para atuação junto a Coordenação de Fiscalização da Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON/PA, conforme Art. 10 do Decreto Federal nº 2181, de 20.03.1997.

Nome Servidor	Nº PORTARIA Designação	Data PORTARIA
Luiz Abraham Aviz de Souza	110/2020	06.05.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GILBERTO ARAGÃO DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 560972

PORTARIA Nº 173/2020-GGP/SEJUDH BELÉM (PA), 10 DE JULHO DE 2020.

O Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO: O Memorando nº 075/2020-DIR/PROCON/SEJUDH RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Art.10 do Decreto Federal nº 2.181 de 20.03.1997, como Agente Fiscal, os servidores abaixo relacionados, para atuarem junto a Coordenação de Fiscalização da Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PA.

NOME DO SERVIDOR	Nº DE MATRÍCULA
Renan Lobato Costa	5915825/3
Lucas Carneiro Maia	5955706/1

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

GILBERTO ARAGÃO DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

Protocolo: 560969

PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL Portaria nº 173 de 13 de julho de 2020.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições e, Considerando os termos do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.273, de 06 de julho de 2020;

Considerando a Portaria nº 170/2020-GAB/SEJUDH, 08 de julho de 2020 publicada no Diário Oficial do Estado em 10/07/2020 RESOLVE:

Art. 1º Substituir o FISCAL TITULAR do Contrato nº 02/2017 firmado com a Empresa TICKET SOLUÇÕES HDFTG S/A, servidor HAROLDO OSNI SARMAHNO MORAES, nomeado pela Portaria nº 52/2019, de 1º de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial na data de 28/02/2019, pelo servidor MÁRCIO LUIS PEREIRA NORONHA – MATRÍCULA 5558859/6.

Art. 2. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e fará relatórios mensais que serão enviados à Coordenação de Administração e Finanças até o dia 10 subsequente de cada mês.

Art. 3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

BRUNA RODRIGUES COELHO DE AGUIAR

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Protocolo 561062

PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL Portaria nº 174 de 13 de julho de 2020.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições e, Considerando os termos do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.273, de 06 de julho de 2020;

Considerando a Portaria nº 170/2020-GAB/SEJUDH, 08 de julho de 2020 publicada no Diário Oficial do Estado em 10/07/2020 RESOLVE:

Art. 1º Substituir o FISCAL TITULAR do Contrato nº 18/2017 firmado com a Empresa IGOR RUSEF ROSA & CIA LTDA, servidor HAROLDO OSNI SARMAHNO MORAES, nomeado pela Portaria nº 52/2019, de 1º de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial na data de 28/02/2019, pelo servidor MÁRCIO LUIS PEREIRA NORONHA – MATRÍCULA 5558859/6.

Art. 2. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e fará relatórios mensais que serão enviados à Coordenação de Administração e Finanças até o dia 10 subsequente de cada mês.

Art. 3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

BRUNA RODRIGUES COELHO DE AGUIAR

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Protocolo 561063

Portaria nº 175 de 13 de julho de 2020.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições e, Considerando os termos do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.273, de 06 de julho de 2020;

Considerando a Portaria nº 170/2020-GAB/SEJUDH, 08 de julho de 2020 publicada no Diário Oficial do Estado em 10/07/2020 RESOLVE:

Art. 1º Substituir o FISCAL TITULAR do Contrato nº 23/2017 firmado com a Empresa BIG BENN TRANSPORTES, VIAGENS E TURISMO LTDA, servidor HAROLDO OSNI SARMAHNO MORAES, nomeado pela Portaria nº 52/2019, de 1º de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial na data de 28/02/2019, pelo servidor MÁRCIO LUIS PEREIRA NORONHA – MATRÍCULA 5558859/6.

Art. 2. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e fará relatórios mensais que serão enviados à Coordenação de Administração e Finanças até o dia 10 subsequente de cada mês.

Art. 3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

BRUNA RODRIGUES COELHO DE AGUIAR

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Protocolo 561064

PORTARIA DE SUBSTITUIÇÃO DE FISCAL Portaria nº 176 de 13 de julho de 2020.

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso das suas atribuições e, Considerando os termos do Decreto Estadual publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.273, de 06 de julho de 2020;

Considerando a Portaria nº 170/2020-GAB/SEJUDH, 08 de julho de 2020 publicada no Diário Oficial do Estado em 10/07/2020 RESOLVE:

Art. 1º Substituir o FISCAL TITULAR do Contrato nº 06/2018 firmado com a Empresa BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA, servidor HAROLDO OSNI SARMAHNO MORAES, nomeado pela Portaria nº 52/2019, de 1º de fevereiro de 2019, publicada no Diário Oficial na data de 28/02/2019, pelo servidor MÁRCIO LUIS PEREIRA NORONHA – MATRÍCULA 5558859/6.

Art. 2. O fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e fará relatórios mensais que serão enviados à Coordenação de Administração e Finanças até o dia 10 subsequente de cada mês.

Art. 3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser encaminhadas aos seus superiores, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

Art. 4. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

BRUNA RODRIGUES COELHO DE AGUIAR

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Protocolo 561065